

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 149/150

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE OUTUBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Atenção, senhores deputados, um comunicado da Presidência deste Parlamento.

O senhor presidente, deputado Nelson Justus, comunica a esta Casa, o falecimento do jovem Rafael Guilherme Figueiras, filho do Dudu, que trabalha na Presidência desta Casa. O velório está sendo realizado na Capela IV, do Cemitério Parque Iguaçu. O sepultamento será no mesmo campo santo, com o horário ainda a ser determinado.

Era só, senhor presidente, deputado Nelson Justus, que foi, ontem, homenageado com o Título de Cidadão Honorário, pela população ordeira e democrática de Morretes.

(Procede a leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão. Em votação.

Os senhores deputados que aprovam a Ata, permanecem como estão.

**Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Sob o nº 005/2000, do senhor Nelson T. F. Guimarães, diretor técnico da Paraná Investimentos S.A., encaminhando Relatório de Atividades, relativo ao período de 01.04.1999 à 30.09.2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 6408/2000, da senhora Carmen Lúcia M. Silveira, coordenadora geral de convênios da Fundação Nacional de Saúde, comunicando pagamento da segunda parcela do Convênio nº 1503/99. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 184/2000, do senhor Giovani Gionédis, secretário de Estado da Fazenda, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas em setembro de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1341/2000, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Nereu Moura, que pede esclarecimentos sobre “Veículos da Polícia Militar do Estado”. **Ao conhecimento do senhor deputado interessado.**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2075**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 155/99, item 03, em 1ª discussão, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 2076**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 205/99, item 04, em 1ª discussão, de autoria do ilustre deputado Péricles Mello, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2081

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 99/2000 e 365/2000, por tratarem de matéria similar.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 2080

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do doutor Euro Brandão, ex-reitor da PUC/PR, presidente da Fundação Nossa Senhora do Rocio, falecido nesta Capital em data de hoje.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de hoje, aos 75 anos, o doutor Euro Brandão. Seu falecimento deixa de luto a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e toda a sociedade paranaense.

O professor Euro Brandão era Engenheiro Civil e bacharelado em Filosofia. Com um extenso currículo, fez estágios de treinamento e aperfeiçoamento nos Estados Unidos, França e Portugal. Foi ministro da Educação e Cultura de 1978 a 1979 e reitor da PUC/PR (1986-1997). Era membro da “American Society of Civil Engineers” desde 1954. Possui diversas publicações sobre assuntos profissionais e educacionais.

O professor Euro Brandão representou nosso país várias vezes em congressos e eventos internacionais. É membro do Instituto de Engenharia do Paraná, Academia Brasileira de Educação, Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, Academia Paranaense de Letras, Academia de Letras e Artes *Mater Salvatoris*, Academia Nacional de Engenharia, Accademia Internazionale Greci-Mariano (Itália), Círculo de Estudos Bandeirantes. Atualmente exercia o cargo de assessor especial da PUC e de presidente da Fundação Nossa Senhora do Rocio, mantenedora da Rádio Clube Paranaense - B2.

Deixa viúva a senhora Aydée Mendes de Araújo Brandão e os filhos Roque Araújo Brandão, Marcelo Araújo Brandão e Tarcísio Araújo Brandão.

#### REQUERIMENTO Nº 2083

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da senhora Roseli Araújo Pupo, falecida em desastre automobilístico, na data de 24.10.2000.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 2084

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da senhora Maria Terezinha Oliveira Melhem, falecida de problemas cardíacos, na data de 27.10.2000 no município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 2067

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Bandeirantes voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Lino Martins através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Florestópolis, voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Nelson Correa através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de “Ibiporã” voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 08 de novembro, e

que do presente, se dê ciência ao prefeito Nadir Bigati através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de “Santa Cecília do Pavão” voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 22 de novembro, e que do presente, se dê ciência ao prefeito Pedro Ferreira de Mello através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de “São Sebastião da Amoreira” voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 14 de novembro, e que do presente, se dê ciência ao prefeito Adeilson Gouveia através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2072

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de “Rancho Alegre” voto de congratulações pelo seu aniversário, a ser comemorado no dia 19 de novembro, e que do presente, se dê ciência ao prefeito Antônio Pinesso através de correspondência.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 2077

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à UFPR - Universidade Federal do Paraná, pela inauguração do Centro de Toxicômanos.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Universidade Federal do Paraná - UFPR, através de um encontro entre estudantes e profissionais daquela instituição, inaugurou o Centro de Estudos Toxicológicos - CET Claude Olievenstein, nome dado em homenagem à uma das maiores autoridades mundiais em toxicomania.

O CET que já funciona desde março no prédio da UFPR na Praça Santos Andrade, foi criado para desenvolver o tratamento, prevenção, pesquisa de doenças e a capacitação de recursos humanos na área.

As toxicomanias que o centro aborda não se referem apenas às drogas e ao álcool, mas também outras formas de dependência como a informática, o sexo e a comida.

Vinte pacientes já estão sendo tratados no CET e o trabalho conta com o apoio do Centro Médico de Marmottan, em Paris. Com este convênio o CET receberá a visita de renomados pesquisadores e também possibilitará estágios de profissionais brasileiros em Paris.

Pela importante inauguração do CET Claude Olievenstein, que, com certeza, é mais um passo no combate à este mal que assola toda a humanidade, a toxicomania, receba a UFPR (Praça Santos Andrade, 50 - Centro - Curitiba), através de seu diretor professor Victor Eduardo Silva Bento, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2078

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Klabin Paraná Papéis do município de Telêmaco Borba, por ter sido agraciada com o Prêmio “Von Martius de Meio Ambiente”.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A empresa Klabin Paraná Papéis, em parceria com a OGG - Projeto Puma desenvolveu em Telêmaco Borba (a 260km de Curitiba) o projeto “Estudo Ecológico do Puma na Fazenda Monte Alegre”. O projeto durou 2 anos e rendeu aos seus realizadores o prêmio Von Martius de Meio Ambiente.

Realizado entre março de 1998 e março deste ano, o estudo constatou a existência de 286 pumas nos cerca de 200 mil hectares da fazenda Monte Alegre. Para concluir a pesquisa foram utilizados equipamentos específicos, como monitoramento por rádio-colar (telemetria), identificação por pegadas, máquinas fotográficas remotas e até mesmo armadilhas.

Nos 2 anos de pesquisa o projeto consumiu R\$52 mil reais e o prêmio, que não consiste em recursos financeiros é mais um estímulo ao desenvolvimento de pesquisa.

O Parque Ecológico do Puma, na fazenda Monte Alegre, foi fundado há 20 anos e abrange uma área de cerca de 11 mil hectares. Quase 40% consiste em mata nativa e o restante se constitui em área de reflorestamento com pinus e araucárias. Com esta flora, a região é ideal para a reprodução de pumas.

Para estudar a diversidade da flora e fauna da região, um amplo estudo é desenvolvido constantemente

no parque. O objetivo não é somente pesquisar a vida selvagem, mas também reproduzir os animais ameaçados de extinção. Para tanto, existe o criadouro científico de animais silvestres. Uma das características dos animais do criadouro é que eles ficam bastante dóceis. Aberto ao público, o Parque Ecológico da Klabin recebe aproximadamente 35 mil pessoas por ano. Escolas podem agendar visitas ao local e aproveitar para conhecer mais da flora e fauna da região, que é muito rica.

#### REQUERIMENTO Nº 2079

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, pela posse de sua nova diretoria - gestão 2000/2002.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje - 31/10/2000, a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba está empossando sua nova diretoria, para gestão 2000/2002, que ficou assim composta:

- Presidente: Maria Inês Pierin Borges da Silveira
- 1ª Vice-Presidente: Florlinda Andraus
- 2ª Vice-Presidente: Kazuco Akamine Ferraz
- 1ª Tesoureira: Nilva Amélia Pasetto
- 2ª Tesoureira: Ligia Maria de Araújo Haquim
- 1ª Secretária: Dionéia Bernadete Mendes
- 2ª Secretária: Iara D'Albuquerque Maron

A Instituição conta ainda, com as seguintes Assessorias e Conselhos:

- Planejamento
- Jurídica
- Finanças
- Relações Públicas
- Comunicação
- Conselho Diretor
- Conselho Consultivo
- Conselho Fiscal
- Suplentes

Ainda, as Comissões Permanentes:

- Sociais - Coordenadora: Ivonete Ruth de Lima
- Marketing - Coordenadora: Gilani de Moraes
- Meio Ambiente - Coordenadora: Suzana Aparecida A. de Albuquerque.

- Comércio Exterior e Mercosul - Coordenadora:

Lúcia Duraes Canet

CONDIÇÃO DA MULHER - TRABALHO

- Indústria - Coordenadora: Elizabeth Palazzo da

Costa

- Comércio - Ironita Abagge

- Agropecuária - Coordenadora: Regina Gaspareto

Arnit

- Serviço - Coordenadora: Heloísa Ghesti

- Educação - Coordenadora: Conceição Barindelli
- Saúde - Coordenadora: Gilza Strachman
- Habitação - Coordenadora: Denise Pereira Bazzo
- Cultura - Coordenadora: Maria Ângela Tassi
- Turismo e Lazer - Coordenadora: Marlene Wiedermann

ermann

À todas as componentes da nova diretoria (Av. XV de Novembro, 621 - sala 507 - Curitiba), pela posse e desejando sucesso na nova empreitada, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2073

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente a secretária de Educação, senhora Alcyone Saliba, para que tome conhecimento e providências quanto ao fato de que trata documentação enviada a este parlamentar pelos diretores das escolas estaduais do Município de Santa Helena, datada de 28 de setembro do corrente ano, quando repudiam decisão arbitrária de substituir a professora Silvia Mattei, documentadora escolar do município.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa, solicitando ainda que seja encaminhada cópia do presente, à Chefia do Núcleo Regional de Educação de Toledo, Professora Denize Petterle Manfroí, à Avenida Maripá, 1012 - CEP: 85902-060 - Toledo - PR.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Heinz Georg Herwig, secretário de Estado dos Transportes, solicitando sinalização horizontal e vertical na rodovia que liga o município de Tamarana à Apucarana Grande, principalmente nas pontes sobre os rios Apucarantina e Claro.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A péssima sinalização desta rodovia - por muitos trechos até mesmo inexistente - vem causando sérios e graves acidentes. A situação piora ainda mais nas pontes sobre o Rio Apucarantina e Rio Claro.

Por entender ser mais que justa esta reivindicação, é que solicito ao Plenário a aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 2085

Senhor Presidente

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e como presidente da

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico e à Secretaria de Estado da Saúde.

Tal requerimento fundamenta-se na necessidade de que a referida Comissão premissa das informações solicitadas através dos ofícios 09 e 10/99, reiterados pelos ofícios 01 e 02/2000, para que o Projeto de Lei nº 89/99, de autoria do deputado Beto Richa, que objetiva vedar a aquisição de produtos contendo substâncias que destroem a camada de ozônio, possa prosseguir sua tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) CLEITON KIELSE

## Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 368/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Ecológica Ambiental “A Missão”, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31.10.2000.

(a) DURVAL AMARAL

### JUSTIFICATIVA:

A Associação Ecológica Ambiental “A Missão”, fundada em 05 de maio de 1997, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e está localizado no município de Londrina - Estado do Paraná.

Tem por objetivo a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para melhoria e condições de vida de seus associados.

Atualmente, tem prestado vários serviços à comunidade (que já abrange cerca de sete bairros) como: reciclagem de lixo, plantio de árvores, palestras, hortas comunitárias e cursos profissionalizantes.

Pela importância de seu trabalho, indicado nos documentos em anexo, solicitamos a declaração de Utilidade Pública da Instituição.

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Caíto Quintana.

### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Ocupo a tribuna, senhor presidente, senhores parlamentares, com a finalidade de chamar a atenção dos senhores deputados para a votação e redação final que fizemos do Regimento Interno da revisão constitucional.

Portanto, senhor presidente, senhores parlamentares, após a publicação deste Regimento Interno, o próprio Regimento determina 45 dias para a votação, em 1º turno. Estes 45 dias são divididos, os primeiros 30 dias para apresentação de emendas dos senhores parlamentares, e os últimos 15 dias para parecer sobre as emendas e votação em Plenário. Como é um assunto de real importância e eu já ouvi muitos parlamentares manifestarem a preocupação sobre o instante, o momento de apresentação de emendas sobre a nossa Constituição. E seguramente muitos segmentos da sociedade irão procurar parlamentares para apresentar as suas propostas de revisão da nossa Constituição gostaria de chamar a atenção do prazo que começa a fluir logo após a publicação. Nós já votamos em redação final, possivelmente de hoje para amanhã seja publicado no Diário Oficial da Assembléia e a partir deste instante nós começamos a contar 45 dias.

Qual seria uma das coisas ruins para esta Assembléia Legislativa? É nós passarmos, por exemplo, 30 dias do prazo para apresentação de emendas e a Assembléia passar simplesmente alheia a esse processo, tão importante, da nossa vida constitucional. Portanto gostaria que os senhores parlamentares determinassem às suas assessorias para recolherem as emendas que eventualmente possam ser apresentadas, podem nos encaminhar que a gente vai fazer o protocolo dessas emendas, vai começar a estudá-las para dar o parecer. A partir daí nós iremos discutir emenda por emenda dos senhores parlamentares, com parecer contrário, com parecer a favor, sobre sua constitucionalidade ou não mas serão, todas elas, discutidas e votadas, em Plenário, no mesmo processo que houve quando foi feita a nossa Constituição.

Então, gostaria que os senhores parlamentares buscassem a apresentação de suas emendas para que a gente pudesse fazer fluir estes trabalhos. Da mesma forma, durante este período, nós estaremos, em conjunto com a Mesa Executiva promovendo uma série de debates, na Assembléia, sobre assuntos polêmicos, na nossa Constituição, que existe matéria já encaminhada a respeito. E eu daria apenas um exemplo que eu tenho citado tantas e tantas vezes, inclusive quando se comenta na imprensa, um alvo de muitas denúncias, inclusive por parte desta própria comissão que investiga o crime organizado no nosso Estado, que é o Instituto de Criminalística, o Instituto de Investigação. Existe movimento pró e movimento contra de que ele tenha uma desvinculação da Secretaria de Segurança Pública para que possa com maior independência prestar um trabalho tanto ao Ministério Público quanto ao Judiciário, tanto quanto para a Polícia Civil e Polícia Militar.

Existe discussões a respeito de unificação ou não do Tribunal de Contas, do Tribunal de Alçada, esses assuntos mais polêmicos evidentemente nós estaremos promovendo encontros aqui na Assembléia Legislativa para discutir com a sociedade e poder orientar com maior

conhecimento os senhores parlamentares na hora de votar.

Então, era isso, senhor presidente, senhores parlamentares, basicamente para chamar a atenção de que nós votamos o Regimento Interno, e a partir da sua publicação começa a fluir o prazo de 45 dias, dos quais nos primeiros 30 é prazo aberto para apresentação de Emenda e os últimos 15 para Parecer e votação em Plenário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Segundo orador inscrito, com a palavra deputado Tiago Amorin.

**O SR. TIAGO AMORIM**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada.

Estivemos esta semana na cidade de Cascavel, representando o Poder Legislativo do Paraná, discutindo o assunto Hospital Regional e a sua transformação em Hospital Universitário.

Hoje sabemos que Hospital Regional no Oeste do Estado do Paraná, enfrenta inúmeras dificuldades e que necessita acima de tudo de uma parceria forte na liberação de recursos que chegam na casa dos 2 milhões de reais, para que esse hospital possa ser transformado em Hospital Universitário, e que a Unioeste possa evidentemente utilizar-se daqueles estudantes universitários que ali estão, utilizar-se daquelas instalações do Hospital Regional, que é uma das maiores do interior do Estado.

Sabemos do empenho desta Casa de Leis, no que diz respeito à transformação do Hospital Regional de Cascavel em Hospital Universitário.

E nós, senhor presidente, também como deputado governista e que representamos aquela região, constantemente estamos sendo cobrados pela população, pela imprensa e pela comunidade de uma forma em geral, para que isso aconteça, ou seja, a transformação do Hospital Regional em Hospital Universitário. E a preocupação maior nossa é justamente em relação a atendimento à população, que hoje enfrenta uma série de dificuldades, dificuldades estas que já se arrastam por alguns meses, e evidentemente a população sofre estas dificuldades ficando em cima de macas, passando por dificuldades retratando uma realidade lamentável no Oeste do Estado do Paraná, e que com certeza nos deixam indignados.

Quero me direcionar ao deputado Valdir Rossoni, nosso companheiro, líder do Governo, para que façamos um trabalho conjunto, junto ao governador Jaime Lerner, para que dê uma atenção especial ao Hospital Regional de Cascavel, que atende dezenas de municípios e que evidentemente precisa de uma resposta positiva, no que diz respeito à liberação de recursos do governo do Estado, para que possa haver essa parceria entre o Estado, a Unioeste, e que a população possa ser a grande beneficiada.

Nós também queremos dizer sobre alguns fatos que movimentam a área de segurança pública na nossa região.

Líamos atentamente uma reportagem de Vossa Excelência em relação ao descaso e algumas coisas que realmente tem que mudar neste Paraná. É verdade! Enquanto não se dá a atenção devida às reivindicações, aos representantes da população, o povo vai se indignando a cada dia que passa e vai aumentando cada vez mais o descrédito na classe política, não só do Estado do Paraná, mas também do nosso Brasil.

Esperamos e, esperamos que as nossas reivindicações sejam atendidas e que a sociedade de Cascavel e do Oeste do Estado e do Paraná sejam beneficiadas através dos nossos encaminhamentos nesta Casa de Leis. Do contrário ficaria realmente uma situação vexatória para parlamentares virmos aqui, encaminharmos os requerimentos e, que na verdade ficariam só em requerimentos e ofícios e assim por diante.

Esperamos e contamos com certeza com essa parceria que já existe dentro da Assembléia Legislativa na transformação do Hospital Regional em Hospital Universitário, mas esperamos que isso aconteça o mais rápido possível para que a população de Cascavel e da Região possa ser beneficiada, do contrário estaremos sendo pixados e com certeza cobrados com veemência maior por parte da população do interior do Estado. Temos certeza que ela além de merecer o nosso respeito precisa de um atendimento digno, respeitável, para que possamos realmente ter qualidade de vida e fazermos Justiça Social.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa consulta o deputado Algaci Tulio.

Terceiro orador inscrito, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor presidente, senhora deputada e senhores deputados.

Venho à tribuna hoje para lamentar profundamente a morte do doutor Euro Brandão - ex-reitor da PUC/PR, presidente da Fundação Nossa Senhora do Rocio, e que foi também ministro da Educação.

Senhor deputados, o Paraná perdeu nesses últimos 15 dias, três eminentes figuras do mundo político, do mundo judiciário e do mundo educacional.

A morte do ex-governador Ney Braga, a morte do doutor Alceu Conceição Machado - desembargador e presidente que foi do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

(Lê):

“MORTE DE EURO BRANDÃO  
DEIXA PUC DE LUTO

O falecimento do professor Euro Brandão, 75 anos, (31/12/1924 - 31/10/2000), deixou a Pontifícia Uni-

versidade Católica do Paraná de luto. O corpo foi sepultado no final da tarde de ontem, dia 31, no Cemitério Municipal, em Curitiba. “Foi um católico autêntico, exímio educador, extremoso pai, grande artista plástico, profissional altamente qualificado, congregado mariano fiel, colaborador incansável da Igreja. Teve grande participação, como colaborador no Congresso Eucarístico Nacional (1960). É assim que podemos resumir a vida de Euro Brandão”, declarou o arcebispo metropolitano, dom Pedro Fedalto. Ele presidiu a missa de corpo presente, na paróquia Universitária Jesus Mestre da PUC, onde foi velado.

Euro mostrava sua fé e convicções tanto nos contatos com os professores, alunos e funcionários, quanto nos pronunciamentos públicos “pessoa de muita cultura. Por excelência, era um educador cristão, administrador convicto, homem de diálogo. Esta é a imagem forte que fica entre nós para toda a vida”, sumariou o reitor Clemente Ivo Juliatto. Brandão era afiliado do Instituto dos irmãos Maristas.

#### VIDA

Euro era engenheiro civil e bacharel em filosofia. Fez estágios de treinamento e aperfeiçoamento nos Estados Unidos, França e Portugal.

Foi ministro da Educação e Cultura (1978-1979) e reitor da PUC (1986-1997).

Possui diversas publicações sobre assuntos profissionais e educacionais, entre as quais O Século da Máquina, Flagrantes Educacionais e Culturais, Valorização Humana na Empresa, Nas Brumas da Mentira, Universidade e Transcendência, 50 Anos em favor da Engenharia, Felício da Costa Vieira, Uma Vida Preciosa.

Brandão representou o Brasil, várias vezes em congressos e eventos internacionais. Era membro do Instituto de Engenharia do Paraná, Academia Brasileira de Educação, Academia Brasileira de Ciências Morais e Políticas, Academia Paranaense de Letras, Academia de Letras e Artes Mater Salvatoris, Academia Nacional de Engenharia, Academia Internazionale Grecia-Mariano (Itália), Círculo de Estudos Bandeirantes. Atualmente, exercia o cargo de assessor especial da Reitoria da PUC e presidia a Fundação Nossa Senhora do Rocio, mantenedora da Rádio Clube Paranaense - B-2”.

Hoje pela manhã, senhor presidente, estive por alguns momentos no velório do doutor Euro Brandão, quando pudemos constatar a presença de altas personalidades do nosso Estado e tenho certeza que logo mais às 17 horas, quando descer o sepultamento, haveremos de ter a presença de muitos companheiros que militaram com Euro Brandão, conheceram as suas virtudes como educador, como ministro da Educação.

Foi engenheiro civil da Universidade Federal do Paraná, foi bacharel em Filosofia na Universidade Federal do Paraná e como engenheiro civil, o professor Brandão executou inúmeras atividades, assumiu várias posições de responsabilidade como diretor-superinten-

dente da Estrada de Ferro Rede Viação Paraná-Santa Catarina de 1.967 e secretário de Estado para Negócios de Transportes no Paraná e Membro da América Sociedade Civil de Engenheiros também. Iniciou a sua atuação como professor em 1950 na Universidade Federal do Paraná, professor assistente de “Pontes e Grandes Estruturas” no Curso de Engenharia Civil. Em sua carreira universitária foi membro da Banca de Concursos de novos professores.

O seu currículo é por demais extenso e pela figura que foi e conhecido por todos, desnecessário se faz dizer mais das virtudes da figura do doutor Euro Brandão.

O Paraná perde uma das suas figuras importantíssimas do mundo da educação, da engenharia, com o falecimento do doutor Euro Brandão.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra à Liderança das Oposições.

Deputado Orlando Pessuti tem a palavra.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente quero me congratular com a presença do professor Romeu Miranda, presidente da APP-Sindicato que comparece a esta Assembléia Legislativa no dia de hoje e aqui esteve desde o início dos trabalhos desta Sessão Plenária e também participou da reunião da CCJ onde deveríamos, no dia de hoje, ter analisado o projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo que trata da eleição dos diretores das escolas públicas estaduais do Paraná e como também era nossa expectativa que fosse analisado por aquela douta Comissão, o projeto do deputado Ademir Bier que trata da implantação da hora-atividade para os professores do Estado do Paraná. Infelizmente não foi possível naquela reunião da CCJ que esses assuntos fossem levados adiante, mas acreditamos nós e também acredita o professor Romeu e os demais integrantes da APP Sindicato que possamos, na próxima terça-feira, dia 07 de novembro, ver esses projetos sendo analisados, discutidos e relatados e esses relatórios aprovados pelos parlamentares que compõem a CCJ e desta forma, vir à deliberação do Plenário, dois assuntos que são da maior importância para o conjunto dos professores e trabalhadores no setor de educação do estado do Paraná.

Outra questão que volto a abordar e gostaria, realmente, que este assunto fosse hoje e amanhã por nós mais debatido, diz respeito ao Projeto de Lei Orçamentária que, no dia de ontem, teve o seu avulso distribuído em nosso gabinetes. Já tivemos oportunidade de, na semana passada, conversarmos a respeito da questão orçamentária do Estado do Paraná.

#### O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pessuti, me permite um aparte do assunto anterior?



**(Assentimento)**

Deputado Pessuti, Vossa Excelência fala aqui do projeto da eleição de diretores e gostaria de colocar algo que tivemos conhecimento e acredito ser uma questão relevante para o debate na questão do projeto de eleição para diretores. O governador então da época, o governador Requião, entrou com uma ação no S.T.F., uma ação direta de inconstitucionalidade na questão de eleição de diretores das escolas. E tem aqui a decisão do Supremo Tribunal. Na verdade o Supremo deu como inconstitucional essa lei. Não quer dizer que estamos colocando que temos posição contrária a isso. O que queremos é colocar essa questão que tem que ser discutida com muito cuidado porque já foi alegada a inconstitucionalidade pelo ex-governador Requião a qual foi acolhida pelo S.T.F. e que agora vejo Vossa Excelência que foi líder do governador Requião, fazendo a defesa. Então a gente fica perdido e perguntando, o que devemos fazer?

Tenho uma posição quanto à eleição de diretores e até por ter sido professor no passado, de que devemos tratar essa questão com muito cuidado. Porque as escolas públicas estaduais - em alguns casos -, tornou-se uma escola onde o diretor não exerce mais aquela autoridade que ele deve exercer com os seus alunos. Porque o diretor tornou-se um candidato eterno dentro daquela escola. E ele tem que ser um diretor bonzinho, um diretor que, às vezes, não traz resultados positivos para a educação.

Então, deputado Pessuti, acredito que Vossa Excelência quer o melhor para a escola pública estadual. Também queremos, mas queremos discutir essa questão de uma outra forma, de uma outra maneira para encontrarmos uma solução que venha em benefício das escolas públicas do Estado do Paraná. E a eleição simplesmente direta da forma como está colocado o projeto do deputado Irineu Colombo, quero dizer que a minha posição não é a posição do Governo. A minha, deputado Rossoni, ex-professor, quero dizer que é contrária ao projeto. Agora, se chegarmos num acordo e negociarmos, podemos até chegar a votar favorável. Mas da forma como está o projeto, votarei contra por questões pessoais, por conhecimento da situação e da realidade de algumas escolas e acredito que temos que discutir isso com mais clareza porque se não vamos cair novamente. Aprovado o projeto aqui, alega-se a inconstitucionalidade e cai por terra.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço o aparte que o deputado Valdir Rossoni nos oferece acerca do primeiro tema do nosso pronunciamento de hoje. E até gostaria - deputado Rossoni, se Vossa Excelência tivesse aí disponibilizado, a data em que o governador Roberto Requião, - não sei se está fácil, identificar a data em que ele arguiu a inconstitucionalidade e quando que foi decidido, pelo Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade dessa matéria.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Ação, deputado Pessuti, foi impetrada no mês de outubro de 1991, e a decisão foi em 25 de março de 1999.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Pois bem, deputado, quero afiançar a Vossa Excelência que justamente o deputado Irineu Colombo apresentou esse projeto porque, sem sombra de dúvidas, é um anseio dos professores. E naquela oportunidade, me lembro disso, disse bem Vossa Excelência, na ocasião nós desempenhávamos aqui a Lideranças do Governo, me lembro que o governador Roberto Requião nos alertava na ocasião e nos participava dos motivos que tinha levado a apresentar, é que justamente a lei que tinha sido, anteriormente, aprovada por esta Casa, a proposta, lei do deputado Rubens Bueno, ela estava, realmente, com vícios de inconstitucionalidade, e isso precisava ser corrigido. Mas, em nenhum momento durante o governo do senador, hoje, Roberto Requião, deixou de se ter eleições para diretores das escolas públicas do Estado do Paraná.

**O Sr. Valdir Rossoni**

Mas, as alegações das ações dele é pela inconstitucionalidade da eleição.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Sim. Naquela lei, sim, tinha vícios de inconstitucionalidade. Mas, a proposta do deputado Irineu Colombo, nós estamos tentando, justamente, com o apoio da APP Sindicato corrigir aquilo que no passado não pôde ser corrigido.

Então, por isso que eu concordo com Vossa Excelência que temos que fazer um debate. Hoje era o dia. Terça-feira da semana passada nós íamos iniciar o debate, e não foi possível pela falta de quórum. No dia de hoje íamos iniciar o debate, mas não foi possível porque as pessoas encarregadas em apresentar os relatórios não compareceram, não levaram os relatórios. E agora Vossa Excelência diz que vai discutir o assunto, mas também não nos dá o momento em que isso vai acontecer. Mas, eu sugiro a Vossa Excelência que na Sessão de amanhã, no Horário da Liderança do Governo, Vossa Excelência possa trazer mais argumentos sobre isso e nós também estaremos aqui para debater isso.

Mas, na realidade, senhor presidente, gostaria de falar aqui sobre a questão orçamentária. No ano passado fizemos diversas reuniões, lideranças partidárias, fizemos reuniões com a Mesa Executiva, estabelecemos critérios e limites para a apresentação de emendas, e depois o que vimos foi que nada daquilo que acordamos entre nós, parlamentares, aquilo que acordamos entre nós, Assembléia Legislativa, e governo do Estado, que nada disso prevaleceu, nada disso foi cumprido pelo governo em relação ao Orçamento que foi discutido, elaborado e aprovado pela Assembléia Legislativa.

Nós, como eu já disse, recebemos ontem a proposta orçamentária na forma de avulso em nosso gabi-

nete. E temos o prazo de 06 a 16 deste mês de novembro para a apresentação das emendas.

É importante, senhor presidente, que na semana que vem, talvez, segunda-feira ou terça-feira, mas de preferência ainda na segunda-feira, que possamos no gabinete da Presidência desta Casa, mas pelo menos as Lideranças de cada um dos Partidos Políticos para que possamos saber o que é que vamos fazer em termos de emendas, se vamos ou não fazer, qual a fonte que podemos emendar, se não tem fonte para emendar. Porque no ano passado combinamos e mesmo assim não deu certo. Imagine se neste ano nem combinado for o que vamos emendar.

Concedo aparte ao deputado Moysés Leônidas.

### **O Sr. Moysés Leônidas**

Deputado Pessuti, quero mais uma vez cumprimentá-lo por estar trazendo esta questão, que é muito importante que seja discutida agora. Até porque estamos passando uma fase de transição e os prefeitos que assumiram agora, na grande maioria aqueles que ainda acreditam no papai noel, que, entre aspas, aparenta ser o Estado, eles querem saber das emendas. Estou vivendo este problema em Londrina, quando saímos de um pleito eleitoral que mudou a cara da cidade, já que os tradicionais foram tirados fora da política, e que o atual prefeito e eu na condição de deputado, genuinamente de Londrina, tenho a obrigação e o dever de colaborar com o futuro prefeito, que ainda sonha com a hipótese de o Estado poder cumprir com as emendas que poderiam ser dadas.

Então, quero dizer que também penso como Vossa Excelência temos necessidade, em especial, de atendermos, já que sempre quando se fala na questão do orçamento, dá a impressão que é uma questão política, de decisão política e de necessidade política. Como não temos eleições o ano que vem, vamos passar um ano sem eleições, é muito importante que a Assembléia legislativa seja respeitada, neste sentido, porque não vi até agora, nestes dois anos que estou concluindo, aqui, nenhuma respeitabilidade com questão de orçamento, do que ouvia falar antes de ser deputado.

Então, acho que temos que ter um posicionamento firme enquanto Poder, para que este Poder seja respeitado. A impressão que se tem é que a Assembléia legislativa é um apêndice, é uma secretaria a mais do governo do Estado e que temos que acatar e obedecer, sempre. Se do ponto de vista legal temos a condição de emendarmos o orçamento e fazer com que seja cumprido, porque é o que o Poder não pode fazer, ainda mais nesta situação de mudança da grande maioria dos prefeitos de todo o Estado.

Quero comungar com Vossa Excelência. Acho que vou até levantar este questionamento em nível de minha região, em Londrina. Quero convocar, na região, todos os vereadores com os quais mantive contato nesta eleição, para que possamos fazer um trabalho unânime. E acho que em todas as regiões isto

pode ser feito. Porque os vereadores, também, das pequenas cidades, querem saber desta participação, do que é que o deputado pode fazer. E aí estaremos contribuindo, já que há uma rejeição por parte dos governos, de um modo geral, em se falar do chamado orçamento participativo. Mas, esta é uma forma de fazer com que o vereador, lá, participe das suas idéias e dê para o deputado, para que o deputado possa redistribuir para o governo, porque na minha forma de pensar, administrar é resolver problema. E quando se está discutindo o orçamento é uma forma de administrar, resolvendo os problemas.

Penso exatamente conforme Vossa Excelência está colocando.

### **O SR. ORLANDO PESSUTI**

Agradeço o aparte do deputado Leônidas, que realmente vem contribuir com a discussão, que já iniciamos na semana passada, principalmente neste aspecto: estamos num período de transição, onde muitos prefeitos, até, que se elegeram e que têm expectativa de estabelecer convênios e ver obras públicas e estaduais em seu município, ainda, evidentemente, não tiveram tempo de elaborar suas propostas de emendas a nós, deputados. E vamos, realmente, na próxima semana, discutir este assunto.

Concedo, com a permissão do presidente, aparte ao deputado José Maria Ferreira.

### **O Sr. José Maria Ferreira**

Deputado Pessuti, Vossa Excelência traz um assunto importante e sobretudo atual. Eu, especialmente, nos últimos três anos, votei contrário ao orçamento porque entendia o orçamento como uma peça fictícia, e não como uma peça possível de ser executada. E prova é você olhar nos últimos três anos do que foi projetado, do realizado. A partir do dia 4 de maio deste ano, temos uma nova realidade, através da Lei Complementar nº 101, a Lei das Responsabilidades Fiscais, ela passou a exigir. E exigir até aquilo que já estava contido no artigo 165 da Constituição Federal, que são os quadros, prestações, limites que o próprio Executivo não pode ir além daquele período do seu mandato.

O que é que ocorre? Dentro da função do parlamentar, entre as dez mais importantes, é justamente a elaboração do orçamento, que é quanto vamos autorizar ao Executivo dispendir em termos de despesa, em termos de investimento de capital, enfim, na sustentação da máquina.

Só que o que temos visto no Paraná não é o que vem ocorrendo na prática e, espero, sobretudo, que este ano tenhamos uma análise mais apurada e para isso, o que Vossa Excelência levanta desta tribuna é extremamente importante, que conheçamos de antemão quais são as regras e o que é importante fazermos. Porque o Orçamento já é uma peça difícil, complexa e de entendimento de poucos, se não tivermos um tempo para discutir, se não tivermos um tempo para nos inteirarmos do que ele

trata, do que ele está pedindo, evidentemente estaremos mais uma vez criando aqui uma peça de ficção que não tem nada a realidade com aquilo que temos nas nossas regiões, com aquilo que temos na nossa base.

Por isso, a colocação do deputado Moysés Leônidas procede com a de Vossa Excelência e, espero que o Presidente junto com a Comissão de Orçamento, junto com o relator, facilitem este acesso e tornem legíveis todas as necessidades e as questões levantadas por Vossa Excelência e por outros deputados dentro desta Casa.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao deputado José Maria Ferreira e vamos no dia de amanhã voltar ao assunto. Esperamos que na segunda ou terça-feira da semana que vem possamos estar reunidos não só esta Casa mas também, quem sabe, com os técnicos que elaboraram este Orçamento da parte do governo, Secretaria do Planejamento, para que possamos fazer esta dissecação da proposta orçamentária e sabermos como nós, parlamentares estaduais, vamos atuar na apresentação de emendas, do substitutivo e da aprovação do Orçamento para 2001.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência anuncia a presença do prefeito José Biska. Seja bem-vindo!

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a criação do programa de Habitação Rural do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.A.I.C.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná a doar ao município de Marialva o lote

de terras nº 3/72 da Gleba Patrimônio de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 155/99, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J.. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F.. (**Publ. no D.A. nº 022, de 07.04.99**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 155/99

P A R E C E R :

#### Relatório

De autoria do deputado José Maria Ferreira, o presente projeto de lei dispõe sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

#### Fundamentação

Após a devida análise por esta comissão em relação aos aspectos constitucionais e legais da matéria, constatou-se que a mesma fere a Constituição Federal, pois esta limita o poder de tributar, dando competência específica tanto aos Estados, aos municípios e a União. E os Estados se organizam e se rege pelas suas Constituições Estaduais e por suas leis estaduais, mas sempre observados os princípios da Magna Carta.

Outrossim, a matéria infringe legislação federal, tais como as Leis nºs 6.264/72, 6.470/73, 6.846/73, 10.100/92 - legislação que regulamenta o Funrestran.

É mister salientar ainda que compete privativamente a União legislar sobre o trânsito e o transporte e no plano estadual, o órgão incumbido do desempenho das funções previstas no Código de Trânsito Nacional é o Detran.

#### Conclusão

Isto posto, este relator é compelido a se manifestar contrariamente a aprovação do projeto em análise, já que é o mesmo inconstitucional e fere legislação federal.

Assim sendo, é o nosso Parecer Contrário a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 155/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado José Maria Ferreira, tem como objetivo dispor sobre a repartição de receitas provenientes da aplicação de multas por infrações previstas na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, Código de Trânsito Brasileiro.

Sobre a matéria podemos observar o Parecer Desfavorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno, em detrimento do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, entendemos ser meritório o objetivo do autor que pretende destinar 60% (sessenta por cento) do que for arrecadado, ao município no qual ocorreu a infração, desta forma estaremos dotando as prefeituras do Estado de recursos para que possam ser aplicados em serviços de sinalização das vias, em educação do trânsito, dentre outras benfeitorias aos munícipes.

Desta forma, achamos que devemos nos manifestar favoravelmente à matéria, permitindo que a proposição em tela seja enviada à decisão soberana do Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 16.06.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
EDGAR BUENO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do dia, por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, este é um projeto de nossa autoria que está dentro da Casa desde 1997. Em primeiro quero agradecer à Mesa por ter colocado em pauta para discutir, pois esta deveria ser a forma natural. Os projetos têm que vir a este Plenário para que possam ser discutidos. Mesmo com a demora, sei que Vossa Excelência fez com que ele aqui pudesse estar.

Consta do relatório da C.C.J. um parecer em contrário.

Não participei desta sessão, eu não estava, e quando da sua votação nós iremos defender a legalidade deste projeto porque é muito simples: as demais prefeituras, as grandes prefeituras firmam convênios com o Estado e elas podem lançar multa e os recursos ficam para o próprio município.

Então, não é nenhuma ilegalidade e a Constituição Federal determina só os 5% ao controle de trânsito nacional, o resto nós devemos disciplinar. E, este disciplinamento, estamos exercendo neste momento, através deste projeto de lei de nossa autoria.

Mas, o entendimento entre nós, eu e o deputado Valdir Rossoni, concordo pela retirada por cinco sessões e gostaria de vê-lo colocado à apreciação deste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

**O projeto voltará à pauta após cinco sessões.**

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que autoriza o governo o Estado do Paraná a isentar o pagamento da taxas de água e luz para as Associações de Moradores de Bairros do Estado do Paraná, e as creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, e adota outras providências. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.F. COM EMENDA DA C.F. (**Publ. no D.A. nº 033, de 27.04.99**).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 205/99

**P A R E C E R :**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a isentar o pagamento das taxas de água e luz para as Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná e as creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

##### **Fundamentação**

Após a devida análise por esta comissão em relação aos aspectos constitucionais e legais da matéria, constatou-se que a mesma fere o Princípio Constitucional da Isonomia, assim como princípios tributários, além de infringir normas da legislação ordinária.

O princípio da igualdade defendido expressamente nas Constituições Federal e Estadual não necessita de maiores esclarecimentos. Contudo, dentre os princípios tributários destacamos o do artigo 150, II (que veda tratamento desigual entre contribuintes). Outrossim, as entidades declaradas de Utilidade Pública já são isentas de impostos sobre o seu patrimônio, sua renda ou serviços. Normas de natureza federal, como o Código de Águas e o Decreto nº 41.019/57 contemplam este princípio em seus dispositivos (respectivamente arts. 180, IV e 3º). Outro princípio que não pode ser olvidado é o da hierarquia das leis, ou seja, a superioridade de lei federal sobre a estadual.

Por outro lado, devemos ressaltar que a Copel, como concessionária, está ligada a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e os seus critérios de faturamento são estabelecidos por ela.

##### **Conclusão**

Isto posto, este relator é compelido a se manifestar contrariamente a aprovação do projeto em análise, já que é o mesmo inconstitucional e fere a legislação federal.

Assim sendo, embora o projeto seja meritório, é o nosso Parecer Contrário a sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 205/99

P A R E C E R :

**Do Projeto**

O projeto de autoria do eminente deputado Péricles de Holleben Mello, visa isentar o pagamento de taxas de água e luz as Associações de Moradores de Bairros e as creches que estejam funcionando e cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Infelizmente a junção “Associação de Moradores e Creches” torna o projeto, apesar da nobreza de intenções, com conteúdo de alta complexidade. Isto porque todas as associações de moradores ficariam enquadradas no dispositivos de isenção, sem qualquer diferença ou motivação mais adequada do que aquela de ser “associação de moradores”.

Nesta perspectiva tanto seria beneficiada a associação de moradores de um bairro e com atividades de fomento para a população, bem como as associações criadas apenas para ocupar espaço “político” e aquelas que situadas em bairros mais nobres não necessitariam do apoio e incentivo governamental.

No referente à creches, segue o mesmo raciocínio, já que o projeto de lei não diferencia as entidades cuja situação peculiar junto à sociedade seriam objeto do benefício. O ideal teria sido diferenciar e indicar os destinatários invocando o princípio de que não se pode tratar igualmente os desiguais. Isto é, em questões sociais, o atendimento deve privilegiar quem precisa e não todos indistintamente. Aliás, é neste sentido que corre a moderna doutrina acerca do princípio constitucional da “igualdade”.

**Do Voto**

Por sua complexa apresentação e dificuldade de seleção das entidades beneficiadas, é necessário que se apresente uma Emenda Substitutiva ao Artigo 1º do Projeto de Lei 205/99 para dizer:

“Art. 1º - O governo do Estado do Paraná fica autorizado a isentar o pagamento das taxas de água e luz para as Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, desde que desenvolvam atividades gratuitas e de interesse ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural da(s) comunidade(s) envolvida(s)”.

Voto Favorável.

Sala das Comissões, em 11.08.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 205/99

“Art. 1º - O governo do Estado do Paraná fica autorizado a isentar o pagamento das taxas de água e luz para as Associações de Moradores de Bairro do Estado do Paraná e às creches que estejam cadastradas junto à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, desde que desenvolvam atividades gratuitas e de interesse ao desenvolvimento sócio-econômico e cultural da(s) comunidade(s) envolvida(s).”

Sala das Comissões, em 11.08.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
BETO RICHA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 205/99.

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 027, de 03.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 090/2000

P A R E C E R :

**Do Projeto**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cezar Silvestri, tem por finalidade disciplinar a concessão de títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito. Em sua justificativa o autor afirma que “justifica-se...porque a imposição de limites e condições à concessão dos títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito acaba valorizando-os ainda mais, tornando-os distinção excepcional e invulgar”.

**Do Parecer**

Sob a ótica legislativa, o projeto se enquadra nos dispositivos do Artigo 61 da Constituição Federal, bem como do Artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná.

**Do voto**

Do exposto, somos de Parecer Favorável e com a emenda que se apresenta.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
BETO RICHA - Relator

## EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 090/2000

Acrescente-se o artigo 3º renumerando-se o seguinte, para dizer:

“Art. 3º - O projeto de lei que versar sobre as concessão de título de Cidadão Honorário transcorrerá nas Comissões e na Sessão Plenária com votação secreta”.

Sala das Comissões, em 29.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

Apoiamento:

1 ilegível.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2067 a 2072 e 2074, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2073, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2077 a 2080, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2081, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2083 e 2084, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2085, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa recebe requerimento firmado pelos senhores líderes dos partidos solicitando que a sessão seja realizada amanhã pela manhã e desde já para que não incorram novamente em situações desagradáveis, peço novamente o comparecimento de Vossas Excelências, na sessão de amanhã, às 10 horas.

## O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Antes que Vossa Excelência dê por encerrada esta Sessão Ordinária, gostaria, em nome da Bancada de Oposição e tenho certeza de todos os senhores parlamentares, manifestar e pedir que se registre nos Anais da Assembléia nosso profundo pesar pelo falecimento do filho do nosso amigo, companheiro Dudu, assessor da presidência há muitos anos, e que infelizmente para a família e todos nós, temos esta triste notícia para registrar: faleceu hoje o filho do Dudu, nosso companheiro de Assembléia Legislativa.

## O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Até quero aproveitar esta oportunidade, deputado Pessuti, para lembrar aos senhores deputados que o filho do nosso companheiro Dudu, Rafael Guilherme Filguei-

ras, está sendo velado no cemitério do Parque Iguaçu, no Parque Barigui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 01, às dez horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 094, 124/99 e 090/2000.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 229/2000 e dos Projetos de Lei nºs 329 e 330/2000

Levanta-se a sessão.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 028ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
31 DE OUTUBRO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Tiago de Amorim Novaes e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e vinte minutos, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.****O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

**ITEM 01**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 067/00, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Associação das Primeiras Damas do Oeste do Paraná- Adamop, com sede e foro no município de Cascavel. **Aprovado.**

**ITEM 02**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 198/00, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado do Paraná, a criar e instalar uma companhia da Polícia Militar do Estado em Sarandi. **Aprovado.**

**ITEM 03**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Lei nº 210/00, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração e Valorização da Vida - C.R.V.V. com sede e foro no município de Apucarana. **Aprovado.**

**ITEM 04**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Resolução nº 020/00, de autoria do deputado Nelson Justus, que institui o Código de Deveres Fundamentais a Ética e Decoro Parlamentar no Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/00  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

**Capítulo I**

Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 1º - No exercício do mandato, o deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos.

Art. 2º - São deveres fundamentais do deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e a vontade popular.

IV - apresentar-se durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões de plenário e das reuniões de comissão de que seja membro.

**Capítulo II**

Das Vedações Constitucionais

Art. 3º - É expressamente vedado ao deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes (C.E. artigo 58, inciso I, alínea “a”);

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior (C.E. artigo 58, inciso I, alínea “b”).

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada (C.E. artigo 58, inciso I, alínea “a”);

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo (Constituição Estadual, artigo 58, II, alínea “d”).

**Capítulo III**

Dos Atos Contrários à Ética e ao  
Decoro Parlamentar

Art. 4º - É, ainda, vedado ao deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e

contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 5º - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa (Constituição Estadual, artigo 59, § 1º);

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Declarações Públicas Obrigatórias**

Art. 6º - O deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como deputado.

#### **Capítulo V**

##### **Das Medidas Disciplinares**

Art. 7º - As medidas disciplinares são:

- a) advertência;
- b) censura;
- c) perda temporária do exercício do mandato;
- d) perda do mandato.

Art. 8º - A advertência e medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 9º - A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 10 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 6º;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária.

Art. 11 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 3º, desta Resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 4º e 5º desta Resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

#### **Capítulo VI**

##### **Do Processo Disciplinar**

Art. 12 - A sanção de que trata o artigo 10 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14 e 15, executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 10, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 13 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 14



e 15 desta Resolução e artigo 59, § 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, § 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 14 - Oferecida representação contra deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 17, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 15 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades.

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao deputado, que terá prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas.

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo:

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 19, concluindo pelo procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato.

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões, ordinárias.

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 16 - É facultado ao deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 17 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por

qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos artigos 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 10 e 11, procederá na forma do artigo 15.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao deputado.

Art. 18 - Quando um deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de impropriedade da acusação.

Art. 19 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 20 - O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 21 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e decoro parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

## Capítulo VII

### Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 22 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 23 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos,

observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos deputados que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 6º.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 8º e 11, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 24 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito a eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, observar a disciplina e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 25 - O corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

### **Capítulo VIII**

#### **Dispõe Sobre a Corregedoria Parlamentar**

Art. 26 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) corregedor e 2 (dois) corregedores substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 27 - Compete ao corregedor ou corregedor substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento as determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo deputados.

Art. 28 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 29 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 30 - Em caso de delito cometido por deputado no Centro Legislativo Presidente Anibal Khury, caberá ao Corregedor, do Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no art. 57, § 3º, da Constituição Estadual.

Art. 31 - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.10.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente e Relator

O SR. ORLANDO PESSUTI

Para Encaminhar, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Quero, neste momento, não na condição de líder das oposições, mas na condição de deputado estadual e presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, manifestar congratulações a Vossa Excelência, pela condição de presidente desta Casa e

ao demais integrantes da Mesa Executiva. E cumprimentar a todos os parlamentares, porque, nós, neste dia, concluindo diversas etapas estamos dando um passo importante, em favor do Poder Legislativo do Estado do Paraná e do Brasil.

Lembro-me que, desde que comecei a militar na política e a participar, inicialmente, da União Parlamentar Interestadual, a UPI, muitas e muitas reuniões existiram nesse País, falando da necessidade e de decoro dos senhores parlamentares.

Lembro-me também de que Vossa Excelência estava lá, que na conferência da União Nacional dos Legislativos Estaduais, na cidade de Gramado, no Rio Grande do Sul - naquela oportunidade, o nosso ex-presidente, Miguel Martini, da Unale, colocava como uma proposta às Assembléias, o anteprojeto de lei que institua justamente os deveres fundamentais, a ética e o decoro parlamentar.

Vejo que, de todas as Assembléias que já estão discutindo esse assunto e já são diversas Assembléias, que estão discutindo a nível de cada uma das Casas, a nossa, do Paraná, é a primeira que aprova, após o evento de Gramado, o seu código de ética e de deveres fundamentais dos deputados.

Por essa razão, quero cumprimentar a todos os nossos colegas, porque o que estamos fazendo, aqui, hoje, é demonstrar, realmente, que queremos um parlamento cada vez mais forte, transparente e cumpridor das suas obrigações, perante à sociedade.

Parabéns presidente Nelson Justus e deputados do Paraná, por terem tido - eu diria - a coragem de instituir isso, que já deveria ter sido instituído há muito tempo.

Porque muitas outras Assembléias do Rio Grande do Sul, por exemplo, já possuem há muitos anos o seu código de ética e decoro parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Obrigado, deputado Pessuti, eu realmente, ratificando as palavras de Vossa Excelência quero dividir este avanço com todos os Parlamentares desta Casa, com a Mesa Executiva, acho que realmente nós demos um passo muito importante para a transparência e aquilo que efetivamente buscamos, nesta Casa.

Estão de parabéns todos os deputados que, em momento algum, criaram dificuldades, óbices e que discutiram realmente, esta questão que, para nós todos é muito importante.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é para comunicar aos membros da Comissão do Crime Organizado para uma reunião, na Sala das Comissões, uma reunião preparatória para um deslocamento ao interior do Estado na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas lembrando que a sessão amanhã é às 10:00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.